

# ENSINO SUPERIOR DA ESG E O CONVÊNIO UFBA/PREMEN: PERMANÊNCIA E REFORMA DA LDB / BRASIL (1968/1996)

Euclides Alves de Carvalho Junior<sup>1</sup>  
Elizabeth Rodrigues da Silva<sup>2</sup>

Este artigo é sobre o Ensino Superior da ESG (Escola Superior de Guerra) e o convênio UFBA/PREMEN (Universidade Federal da Bahia / Programa de Expansão e Melhoria do Ensino); e a permanência e reforma da LDB (Leis e Diretrizes Bases da Educação Superior), entre 1968 e 1996, a Lei nº 5.540/68, com o objetivo de adequar o sistema Educacional a orientação político-econômica do Regime Militar: Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento – DSND, proposta pela ESG, articulando a organização e funcionamento da UFBA com a Escola Polivalente nos modelos de racionalização do sistema de produção capitalista norte-americano, no Ensino Superior, legitimando as transformações ocorridas no decurso do tempo, em atendimento às políticas civis-militares relacionadas no discurso e práticas subjacentes nas leis e Diretrizes Educacionais para o ensino, Lei 477/69. As fontes que orientaram a pesquisa são: documentais, partindo de uma abordagem qualitativa, tomando como pressupostos teórico-metodológicos, os conceitos da ESG, e as perspectivas da História Nova, na análise e aplicação do método comparativo nos documentos legais; e oficiais associadas ao estudo de caso histórico do período citado, bem como a permanência e a reforma da LDB (1968/1996).

**Palavras-chave:** Ensino Superior. ESG. Convênio UFBA/PREMEN. Reforma da LDB/Brasil.

This article is about the Higher Education of ESG (Superior School of War) and the agreement UFBA/PREMEN (Federal University of Bahia / Program of Expansion and Improvement of Teaching); and the permanence and reform of LDB (Law of Directives and Bases of Higher Education), between 1968 and 1996, Law no. 5.540/68, with the objective of adapting the educational system to the political-economical orientation of the Military Regime: Doctrine of National Security and Development - DSND, proposed by ESG, articulating the organization and operation of UFBA with the Comprehensive School in accordance with the rationalization models of the North American capitalist production system, in higher education, legitimating the transformations along time, in compliance with the civil-military politics related in the discourse and underlying practices of the laws and Educational Guidelines for teaching, Law 477/69. The sources that guided this research are: Documental, with a qualitative approach, adopting as theoretical-methodological assumption, the concepts of ESG, and the perspectives of the New History, in the analysis and application of the comparative method in the legal documents; and official, associated to the study of a historical case of the mentioned period, as well as the permanence and reform of LDB (1968/1996).

**Keywords:** Higher Education. ESG. Agreement UFBA/PREMEN. Reforms of LDB/Brazil.

---

<sup>1</sup>Licenciado em História, Especialista em História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Pós-graduando em Docência no Ensino Superior, Acadêmico de Direito e professor efetivo do Colégio Estadual Polivalente de Castro Alves(BA); e-mail: euclidesjunior95@hotmail.com

<sup>2</sup>Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Docente do Curso Docência do Ensino Superior, Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres Gênero e Feminismo, Disciplina: Seminário Integrado I, da FAMAM; e-mail: betysilvaok@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

O motivo principal que me levou a escrever sobre esse objeto de pesquisa; Ensino Superior da ESG (Escola Superior de Guerra) e o convênio UFBA/PREMEN (Universidade Federal da Bahia / Programa de expansão e melhoria do Ensino): Permanência e reforma da LDB (Leis e Diretrizes Bases da Educação Superior), durante o período de 1968 (Lei 5.540/68) e 1996 Lei 9.394/96), foi já saber, através do Ensino e Pesquisa no meu trabalho de conclusão de curso de História, e na minha monografia: Política e Educação na Escola Estadual Polivalente de Castro Alves-BA, numa perspectiva histórica (1964/1974), que a educação superior no convênio UFBA/PREMEN, era política e ideológica, na Bahia, durante a ditadura civil-militar em harmonia estratégica com a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento – DSND, proposta pela Escola Superior de Guerra – ESG, que foi grande orientadora das políticas e ações dos governos militares. No campo da educação, dois dos principais marcos deste contexto foram a lei 5.540/68, que “fixou normas de funcionamento e organização do Ensino Superior” e a Lei 5.692/71, que estabeleceu o 1º e 2º graus, e novas diretrizes para eles. Resultado dos acordos MEC/USAID (Ministério da Educação e Cultura / Agência Norte-americana para o desenvolvimento internacional), a Escola Polivalente de Castro Alves-BA, entre outras no Estado, foi implantada e colocada em prática no Brasil do regime Militar, portanto, relações políticas no contexto internacional da Guerra Fria no qual o Brasil estava inserido, toda uma estrutura no Estado estava pronta, após o golpe militar ocorrido em 1964, para que o convênio UFBA/PREMEN fosse colocado em prática por meio do aparelho educacional. Conforme Germano:

Além disso, os militares se enquistam no próprio aparelho burocrático do MEC, exercendo a chefia de diversos setores; inclusive, departamentos diretamente vinculados ao ensino – como é o caso do departamento do Ensino Médio, do programa de expansão e melhoria do Ensino Médio (PREMEN) etc. – foram entregues a coronéis do exército. Coronéis assumiram a secretaria geral do MEC e, durante os cinco “Governos revolucionários”, três tiveram ministros da educação e cultura, saídos do exército: Coronel Jarbas Passarinho (Governo Médici); General Ney Braga (Governo Geisel); General Rubem Ludwig (Governo Figueiredo) (GERMANO, 1994, p. 112).

Tudo isto nos leva a uma destacada problemática: quais foram os fundamentos teóricos, e doutrinários da Escola Superior de Guerra, durante o convênio UFBA/PREMEN, para o Ensino Superior, e quais transformações na legislação ocorreram no decurso do tempo, em atendimento as políticas civis-

militares relacionadas ao discurso e prática subjacente na LDB para o ensino superior? A teoria de René Armand Dreifuss, em seu livro: 1964 a Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe, diz que:

Os teco empresários do IPES viam nos militares a fonte de apoio político e de autoridade que aqueles não poderiam obter através de apelo político à população como um todo, tendo em vista seu programa de governo modernizante conservador nitidamente impopular. Além disso, a tentativa de aumentar o prestígio da ESG fortalecendo sua imagem como o berço do movimento que derrubou João Goulart e como a fonte das diretrizes políticas implementadas pelo governo também serviu para outras finalidades. (...) A projeção de elementos da rede ESG/ADESG serviu para legitimar a “Neutralidade” do regime, enfatizando seu caráter “tecnocrático” pela interação “natural” dos chamados técnicos com os militares, reforçando o sentimento de que a abordagem dos problemas do Brasil e a natureza das diretrizes políticas implementadas pelo governo eram “científicas” e “nacionais” ao invés de “políticas”. (...) de fato, a ESG veio funcionar como um filtro político e ideológico para a promoção dentro da hierarquia do exército e em postos administrativos do Estado, bem como um instrumento de cooptação e doutrinação de novos recrutas civis e militares que já estavam ocupando cargos no aparelho do Estado. (DREIFUSS, 2006, p. 438, 439).

Tal perspectiva é assumida neste trabalho. As principais fontes utilizadas neste artigo são os manuais de ESG e as Leis 5.540/68, 477/69 e 9394/96. O movimento estudantil percebeu as relações mais amplas de dependência entre Brasil e Estados Unidos na educação, fundamentalmente determinadas pelas relações econômicas, que se deu pela reforma Universitária de 1968 com seus efeitos desmobilizadores, pelo AI-5 e pelo decreto-Lei nº 477, medidas essas com o pretexto de extinguir a guerrilha urbana, radicalizam a repressão ideológica-política, silenciando definitivamente o movimento estudantil. Nesse sentido, a reforma universitária serviu, sobretudo, para cumprir os objetivos do governo militar, fortemente influenciado pela ideologia da neutralidade científica, pelo eficientismo da tecnologia educacional e pela teoria do capital humano. Para sua análise, este estudo parte da proposição de Foucault (1979), que substitui a categoria espaço pela noção de Poder na ideia de História, prescindindo da geografia e produzindo conhecimento que transcende os limites definidos até então para a História, uma metodologia desenvolvida através do estudo de Poder/Saber/Cultura, no discurso e prática da ESG/PREMEN. Dessa forma, pretende-se identificar as representações sobre Educação Superior, por parte

da ESG, em seu manual e nas leis, compreendendo o papel que lhe atribuía naquele contexto. A historiografia mais recente vê a prática científica integrada a projetos sociais mais amplos, ou seja, mais diretamente ligada às questões de poder. Nesse sentido, a valorização das práticas científicas, está na relação ciência-poder. No livro: O Campo da História, especialidades e abordagens, José D' Assunção Barros, diz que:

A revolução de Michel Foucault no âmbito da história dos discursos vai mais além, pois o filósofo-historiador chama a atenção para a necessidade de uma ampliação da noção de discurso. Para além da ciência, da literatura e dos objetos culturais produzidos pelos sistemas de pensamentos em suas formas mais explícitas, o corpo, a sexualidade, a loucura, a economia ou o estado são eles mesmos discursos. Discurso será visto ainda como “a ordenação dos objetos [...] e não apenas como grupo de signos, mas como relações de poder” (BARROS, 2009, p. 141, 142).

Assim, quando um historiador estuda o Ensino na Escola Superior de Guerra e o convenio UFBA/PREMEN, na verdade está estudando o que nos dizem as fontes a respeito do convênio UFBA/PREMEN e o Ensino Superior na Escola Superior de Guerra. Dito de outra forma, está estudando neste caso discursos sobre a ESG, e o convênio UFBA/PREMEN, no período de 1968/1996.

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um instituto de altos estudos de política, estratégia e defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da defesa nacional, nela incluídas os aspectos fundamentais da segurança e do desenvolvimento. Escola, subordinada ao ministério da defesa, não desempenha função de formulação ou execução da política do País. Seus trabalhos são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate. Em 1948, o general Salvador Cesar Obino, visitara o National War College, nos Estados Unidos. Com o final da segunda guerra mundial, o mundo foi tomado pela ideologia da guerra fria e pela bipolaridade. Os blocos ainda não estavam bem delineados e, no caso do Brasil, já havia tendências de viradas, ora para um lado, ora pra outro. Os militares brasileiros na época, por uma questão de escola militar, tinham a tendência ao conservadorismo e, naturalmente, se alinharam aos militares estadunidenses, com quem se identificaram principalmente pelo treinamento de oficiais brasileiros no National War College durante o tempo em que trabalharam em conjunto na segunda guerra mundial.

Para o entendimento do tema, o presente estudo

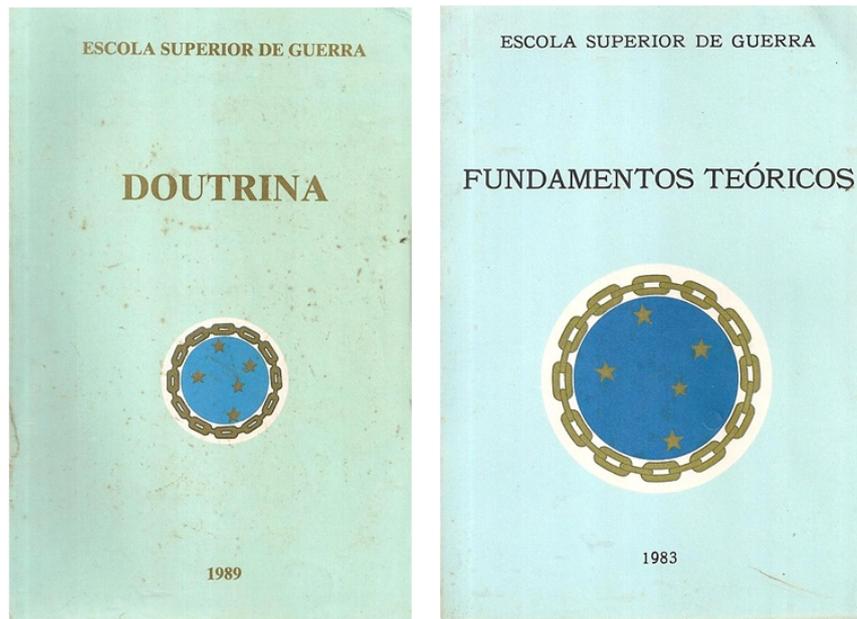
foi dividido em cinco seções: a primeira refere-se à introdução do presente artigo. Na segunda seção, apresentam-se os conceitos e fundamentos teóricos acerca do Ensino Superior na Escola Superior de Guerra e do convênio UFBA/PREMEN, permanência e reforma na LDB do Ensino Superior (1968/1996), que se articula com o Ensino Médio nas Escolas Polivalentes. A terceira seção trata dos procedimentos metodológicos do presente artigo, a quarta apresenta o estudo de caso, na quinta seção, são apresentados os resultados encontrados e as considerações finais do trabalho e, por último, são apresentadas as referências citadas no artigo.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os conceitos e fundamentos teóricos acerca do Ensino Superior na Escola Superior de Guerra, no convênio UFBA/PREMEN, permanente e reformado na LDB do Ensino Superior para a formação de professores, articulada com o Ensino Médio das Escolas Polivalentes do Brasil (1968/1996), estão presentes nos manuais da ESG (Figura 1), e nas leis 5.540/68 e 5692/71, atualizadas em 1996.

O presente estudo tem como objetivo o Ensino Superior da ESG, o convênio UFBA/PREMEN para a formação de professores de nível superior, para as escolas Polivalentes, e a permanência e reforma da legislação do Ensino Superior (1968/1996). Para isto, é necessário compreender os significados dos conceitos da ESG, historicamente construídos e analisados criticamente na relação entre o discurso da ESG e a efetivação desta na política educacional proposta pelo convênio UFBA/PREMEN. Buscaremos discutir os conceitos da ESG propostos, no contexto da cooperação técnica e financeira desenvolvida junto ao convênio UFBA/PREMEN entre os anos de 1968 e 1996, por causa da reforma na LDB, e a permanência da legislação do Ensino Superior, destinada à reformulação da estrutura do ensino básico brasileiro. O estudo dos manuais da ESG e documentos apontam para o reconhecimento de duas razões fundamentais do convênio UFBA/PREMEN: por um lado, compreendendo a ação ideológica desenvolvida pelo Estado Militar no sentido de criar as condições culturais e psicológicas para a absorção e legitimação da hegemonia nas Universidades e Escolas Superiores no Brasil; e por outro, visa prover a necessidade de modernizar a legislação do Ensino Superior e Médio nas Escolas Polivalentes / Ginásios para o trabalho, tendo como objetivo adequá-lo ao ponto de vista econômico, financeiro, social e cultural do modelo capitalista industrial associado e dependente em fase de consolidação (1968/1996), pois na Bahia, durante a ditadura civil-militar a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento – DSND, proposta pela Escola Superior de Guerra – ESG, localizada na área da

**Figura 1.** (À esquerda) Manual da Escola Superior de Guerra, sobre a Doutrina Estratégica, ESG/UFBA/PREMEN/Escola Polivalente. (À direita) Manual da Escola Superior de Guerra, sobre os fundamentos teóricos.



fortaleza de São João, no bairro da Urca, Rio de Janeiro, foi grande direcionadora das políticas públicas, estratégias de defesa e ações dos governos militares. Lembrando que o termo ditadura civil-militar afirma que os militares sozinhos não teriam feito e mantido a ditadura no Brasil, por duas décadas. Não tratando de ignorar desvios e excessos cometidos no período por militares, nem de negar que exerceram papel central naquele contexto, mas de reconhecer que também houve a participação de civis nele. A partir de 1964 a ESG assume papel estratégico no governo, sendo possível identificar de forma mais explícita a presença de sua doutrina na política de estado. A fim de saber sua proposta e prática, seu manual é fonte relevante, dada sua minúcia, em especial no aspecto conceitual, cada termo abordado tem sua aceção explícita e os conceitos apresentados são inter-relacionados, de forma sistêmica. Por exemplo, quando é apresentada o BINÔMIO SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO, conforme pode ser percebido no discurso do manual da ESG (Integrante da estrutura do ministério da defesa-estudos de política, estratégia e defesa nacional),

- Doutrina

A ESG busca aprimorar uma doutrina de ação política, onde a segurança e o desenvolvimento estão igualmente presentes, norteando os passos que devem ser dados pela nação na busca dos objetivos nacionais permanentes.

Registre-se, todavia, que tanto no campo da segurança como no do desenvolvimento, todos os aspectos e procedimentos indicados nesta doutrina devem ser interpretados como uma

contribuição à análise do assunto, sem caráter imperativo. (...) Esta doutrina de ação política, preocupação permanente da ESG, não deve ser confundida com a doutrina de segurança nacional, a qual visa essencialmente a sistematizar os estudos que conduzem a formulação da política de segurança nacional, bem como das estratégias que permitem a sua implementação (BRASIL, ESG, 1989, p. 185).

Segundo os teóricos da ESG, numa sociedade que se está MODERNIZANDO, SEGURANÇA SIGNIFICA DESENVOLVIMENTO. SEGURANÇA NÃO É MATERIAL MILITAR, EMBORA ESSE POSSA SER INCLUÍDO NO CONCEITO; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. Segurança é desenvolvimento e sem desenvolvimento não pode haver segurança, conforme pode ser percebido no discurso da ESG.

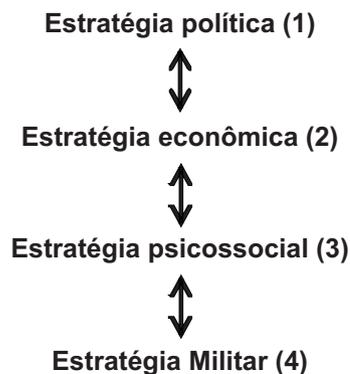
A proposta da reforma educacional no ensino superior e médio, pelo acordo UFBA/PREMEN, propunha a formação rápida de profissionais que atendessem às necessidades urgentes do Brasil quanto à tecnologia avançada. Quanto à relação educação e segurança, o convênio visava à formação do cidadão consciente, entendendo-se por consciência o civismo e o desejo de resolver os problemas brasileiros. Compensação humanística para o tópico tecnológico anterior, levaria à criação das disciplinas Educação Moral e Cívica (curso médio) e Problemas Brasileiros (superiores).

A proposição da ESG acerca da segurança

nacional pode ser observada por meio de uma grande estratégia, articulada e subordinadas à política de segurança nacional, que é um inter-relacionamento da política de desenvolvimento. Diz assim o manual de doutrina da ESG:

(...) Outro aspecto a considerar é o da segurança nacional, que abrange a nação como um todo. (...) a responsabilidade pela segurança nacional, no entanto, não é exclusiva, do estado, mas de toda a nação, cuja sobrevivência reclama a cooperação de toda a comunidade. Em face do exposto, pode-se conceituar: segurança nacional é a garantia, em grau variável, proporcionada a nação, principalmente pelo estado, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para, superando os antagonismos, conquistar e manter os objetivos nacionais permanentes (BRASIL, ESG, 1989, p. 184).

Esse esquema estratégico da ESG pode ser resumido: Política de segurança nacional (Secretaria de Segurança Pública e Delegacias municipais) ou estratégia nacional (Secretaria de Educação e Cultura, UFBA/PREMEN, Escolas Polivalentes, Diretrizes governamentais):



Assim, no que tange ao desenvolvimento econômico, a proposta da ESG volta-se para o capitalismo moderno de Estado. Vejamos as estratégias da política de segurança nacional, expostas no manual de Doutrina da Escola Superior de Guerra, ESG:

- Expressão política  
No tocante ao povo, a sua participação política, hoje, é intensa e crescente, graças aos modernos meios de comunicação. As mensagens políticas atingem simultaneamente grandes contingentes populacionais. Aos governos tornou-se possível a comunicação direta com os governados, enquanto que a manifestação da vontade do povo pode ser conhecida pelos governantes de maneira rápida (BRASIL, ESG, 1989, p. 290).

Os fatores políticos, a cultura política do povo, criam e fortalecem laços de coesão interna e de cooperação externa em benefício dos objetivos nacionais, quanto à economia:

- Expressão econômica.  
A maior ou menor capacidade de obter e gerar autonomamente as tecnologias de que necessita para o eficiente funcionamento do seu setor produtivo, tendo a determinar o grau de dependência externa de uma nação (BRASIL, ESG, 1989, p. 291).

Reforçar a estrutura econômica nacional e o seu rendimento, garantindo-lhe a complementação, mediante recursos exteriores, quanto ao psicossocial:

- Expressão psicossocial.  
Os impactos da evolução científica e tecnológica sobre a expressão psicossocial são muito intensos, alterando hábitos, costumes, padrões de comportamento, contribuindo para o surgimento de novas formas de pensar, sentir e agir, com efeitos profundos sobre a sociedade (BRASIL, ESG, 1989, p. 292).

Fortalecer o moral da nação e de seus aliados, quebrando o dos antagonistas considerados quanto ao militarismo.

- Expressão militar  
(...) Quanto às instituições militares, essas têm sido afetadas de maneira significativa no tocante à sua organização e objetivos. Os problemas criados pela crescente complexidade tecnológica dos sistemas de armas e pelas sofisticadas técnicas de gerência têm sido pouco compreendidos. (BRASIL, ESG, 1989, p. 293).

Reforçar a estrutura militar da nação e empregar suas forças armadas contra os antagonistas, considerados, contrapondo-se às forças armadas. A doutrina de segurança nacional (DSN) foi a ideologia disseminada, fundamentada na necessidade de defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, era a resposta ao “comunismo ateu”, tendo como base um virulento anticomunismo e a flexibilidade do conceito de comunismo, ou seja, a sua amplitude é a base ideológica para fundamentar um dos conceitos-chave da DSN: o do “inimigo interno”. O inimigo passa a ser visto como sinônimo de grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de direitos humanos e qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime, ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar novos grupos como comunistas. A segurança nacional desfaz a distinção entre política externa e política interna. Esta

afirmação, quando referente aos aspectos repressivos da DSN, é de vital importância para a compreensão de outro elemento presente na doutrina: “As fronteiras ideológicas”. O “inimigo interno” pode estar localizado em outro país (exilado, banido, clandestino), assim como o “inimigo interno” de outra nação também precisa ser combatido não somente pelo país que o abriga, na concepção de “fronteiras ideológicas”, diante da ameaça e da expansão do comunismo. Para o “mundo livre”, as fronteiras territoriais e geográficas não estavam mais em questão, portanto, os conceitos de “inimigo interno” e de “fronteiras ideológicas” são fundamentais para a caracterização da guerra revolucionária. A guerra fria é uma nova forma de embate, que é travada em todos os campos: político, econômico, social, cultural, militar, ideológico e psicológico, mas evita o confronto armado direto. Segundo a Escola Superior de Guerra do Brasil, a guerra revolucionária é:

O conceito atual de guerra revolucionária comunista, nesta escola, é o seguinte: conflito de concepção marxista-leninista, normalmente interno, mas estimulado e auxiliado do exterior, que visa à conquista do poder para a implantação do regime comunista, utilizando intensivamente a arma psicológica, a subversão e a violência.

Analisando esse conceito em seus aspectos gerais e particulares, sobressaem as seguintes ideias básicas:

- a) É um conflito e não apenas guerra, pois transcende à ideia de luta armada, porquanto age desde o simples desencontro de ideias até a configuração de agressão física.
- b) De concepção marxista-leninista, configurando a presença do substrato ideológico, a ideologia legada por Engels, Marx e Lenine.
- c) Normalmente interno, por obedecer a processos determinados de possível adoção de movimentos de reação circunscritos ao território nacional, (BRASIL, ESG, 1983, p. 308).

Um dos fundamentos da guerra antirrevolucionária é a ação cívica, ou seja, a ideia de que o governo é mais eficiente para o povo do que o processo revolucionário, concepção da aliança para o processo, que possibilitou o convênio UFBA/ PREMEN estratégia aplicada, através a ESG, da reforma da LDB para o ensino superior de 1968/ 1996. O complexo ESG/UFBA/PREMEN/ESCOLA POLIVALENTE tornou-se uma justificativa ideológica verdadeiramente eficiente para a estruturação do novo Estado da DSN. A administração que estava no poder no período de (1968/1996) proveio em sua maioria de membros e colaboradores desse complexo: militares e civis possuíam os mesmos interesses, o que significava dizer que existem articulações de complementariedade, dependência de contradição

envolvendo intercâmbio de insumos entre os dois, civis e militares.

Diante do exposto, afirma-se que a Escola Polivalente de Castro Alves, e seu quadro docente de Ensino Superior, no convênio UFBA/ PREMEN, se inserem nos fundamentos teóricos da doutrina proposta para Escola Superior de Guerra, haja vista que essa teoria precisa ser revisitada para compreensão da dinâmica permanente e reformada através da legislação de Ensino Superior (1968/1996). Com relação à ciência militar-estado militar, Foucault já apresenta uma forma mais sofisticada de trabalhar a relação ciência-poder, com uma visão crítica relativizada do conhecimento científico ao mesmo tempo visto como fundamento para entendimento das sociedades contemporâneas: é o conceito de poder-conhecimento, o que significa dizer que o poder não está numa espécie de superestrutura, como mecanismo ideológico, como querem os marxistas, as relações de poder emanam das próprias relações sociais, políticas, familiares etc. Segundo Foucault, o poder vem de baixo, ele subjaz à própria relação e ambos, dominador e dominado, são agentes pacientes do poder, pois as relações de poder são internacionais, sempre estratégicas, têm sempre muitos objetivos, estão dirigidas por uma intenção. O que significa dizer que o poder é objetivo, uma vez que o próprio sujeito é um efeito, um resultado das relações de poder. Assim, o poder exerce, isto é, o poder é um ato, é algo que se pratica e se sofre, não algo que se possui ou não, podendo ser transferido, o poder absolutamente material é intrínseco às relações humanas. Se há poder há resistência, isto é um poder contrário, um contra o poder, ninguém exerce poder impunemente e ninguém é apenas passivo, nas relações de poder. Foucault introduz a “microfísica do poder” justamente para contrapô-la à noção clássica que ao traçar a cartografia do poder, estaria desenvolvendo uma microfísica. Segundo Foucault, a disciplina é uma tecnologia de poder individualizante que se insere sobre os corpos dos indivíduos confinados naquilo que denominou de instituições de sequestro, como as escolas, os quartéis, os conventos, as prisões. Nesse tipo de instituição, o sujeito é individualizado e tem seu corpo docilizado. Um terceiro tipo de poder tratado por Foucault é o que ele denomina biopoder. Nesse contexto, é também quando o indivíduo só morre, quando tem sua morte juridicamente reconhecida pelo Estado. Estas análises estão presentes em obras de meados da década de 70, como os livros Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão (1987), e Microfísica do Poder (1979). As leis 5540 e 5692 atendiam elementos propostos pela doutrina, apresentado coerência com uma política de reforma administrativa que perpassava outros âmbitos e setores do governo, para além do educacional. As estratégias previstas no Ensino Superior na ESG utilizadas pelos governos militares no convênio

UFBA/PREMEN, para além do educacional, contemplam valores e aspirações da população, como forma de fortalecer sua legitimidade.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Para a Escola dos Annales “sem problemas não há história”. Dito de outra maneira, é o problema e não a documentação que está na origem da pesquisa, isto é, sem um sujeito que pesquise, sem historiador que procura respostas para questões bem formuladas, não há documentação e não há História. (Le Goff, 1998). O texto histórico é resultado de uma narração objetiva de um processo exterior organizado em si pelo final. O que permaneceu e o que foi reformado na LDB nº 9394/96, referente à lei 5540, de 28/11/1968? Qual o ensino superior da ESG e por que foi feito o convênio UFBA/PREMEN? Qual a relação entre a Lei 477/69, a escola Superior de Guerra e o convênio UFBA/PREMEN/ESCOLA POLIVALENTE? O tipo de pesquisa a ser adoptada é documental, comparativa, bibliográfica e descritiva de leis, doutrina e fundamentos teóricos da História da Educação civil-militar. O decreto – Lei Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do art. 2º do ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta: art. 1º comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que. O prof. Dr. João Marinonio Aveio Carneiro, oficial superior da reserva do Exército Brasileiro, professor de filosofia na Academia Militar, diz sobre o tema, que:

Decreto 77.797 de 9 de junho de 1976. Dispõe sobre a aplicação da lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81 item III, da constituição, decreta: Art. 1º - São de uso exclusivo dos estabelecimentos de ensino superior criados ou organizados na forma dos artigos 5º, 7º, 11 e 47, da lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968 e de suas entidades mantenedoras conforme o caso em sua designação e documentação os termos universidade, faculdade, instituto superior, escola superior, escola de nível superior, curso de nível superior, curso de graduação ou quaisquer outro análogos. §1º - A expressão “Universidade aberta” é de uso exclusivo dos projetos aprovados pelas autoridades competentes. §2º - os – cursos ministrados sem o amparo da Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968 e os diplomas ou certificados por eles expedidos, não serão

reconhecidos ou registrados pelos órgãos competentes, nem capacitarão para o exercício profissional (CARNEIRO, 1988, p. 111, 112).

A lei Nº 5.540, de 28 novembro de 1968, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior (Escola Superior de Guerra / ESG convênio UFBA/PREMEN) e sua articulação com a escola média (Escolas Polivalentes do Brasil) e dá outras providências, revogada pela lei Nº 9394, de 1996, com exceção do artigo 16, alterado pela Lei Nº 9192, de 1995. A aplicação do método comparativo no quadro das leis 5.540/68 e LDB nº 9394/96, e nos textos da doutrina da Escola Superior de Guerra, ESG, e textos dos Fundamentos Teóricos, explica as diferenças e semelhanças na legislação de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos, conforme Lakatos:

(...) Método comparativo “empregado por Tylor considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparação de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quando entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (LAKATOS, 2010, p. 89).

Quanto à relação entre o universo documental e o trabalho do historiador da Educação Superior, através da análise e aplicação do método comparativo dos documentos, Ludke diz que:

(...) A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (...) estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares (LUDKE, 1986, p. 38).

Conhecimentos técnicos específicos e indicações metodológicas, prática, sobre a autorização das fontes de pesquisa no direito-legislação, doutrina e jurisprudência -, o qual é também referencial teórico adotado e contextualizado, para ser investigado, significando dizer, explica como surgiu o questionamento: Quais foram os fundamentos teóricos, e doutrinários da escola Superior de Guerra, durante o convênio UFBA/PREMEN, para o Ensino Superior, quais transformações ocorreram na legislação no decurso do tempo, em atendimento as políticas civil-

militar relacionadas ao discurso e prática subjacente na LDB para o ensino Superior? E qual relação estratégica com a educação nas escolas polivalentes?

Estudo de caso: política e educação na escola estadual polivalente de Castro Alves-BA numa perspectiva histórica (1964/1974). Para fazer uma análise da história nacional e local, e compreender a importância das relações internacionais no contexto do regime civil-militar pós-64 para a educação-segurança-

desenvolvimento, Ensino Superior na ESG e do convênio UFBA/PREMEN, no período de 1968/1996. Figura 2.

- 1) Análise e aplicação do método comparativo nos documentos de Identidade Profissional:
- 2) Análise e aplicação do método comparativo dos documentos de identidade profissional, e hierarquia civil-militar, estratégica da instituição:

**Figura 2.** Documentos referentes a atuação do delegado de polícia civil e militar, o Sargento da PM, força auxiliar do exército Sr. Euclides Alves de Carvalho no Período entre 1972 e 1975.



**Figura 3.** Histórico Escolar da Prof.<sup>a</sup> Maria do Carmo de Andrade, do curso de licenciatura em Matemática, pelo convênio UFBA/PREMEN, 1970, prof.<sup>a</sup> Da Escola Polivalente de Castro Alves. (À esquerda) Placa Metálica da Inauguração da Escola Polivalente, em 1972, com o nome dos líderes da ESG-Escola Superior de Guerra: General Emílio Garrastazu Médici, e o Coronel do Exército: Jarbas Gonçalves Passarinho (à direita).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA			
HISTÓRICO ESCOLAR					
NOME: MARIA DO CARMO ANDRADE DE ANDRADE					
ÁREA/CURSO: MATEMÁTICA					
SÉRIE: 3º ANO					
FILIAÇÃO: POLÍCIA					
ESTADO CIVIL: CASADO					
NOME DO PAI: MICHEL ANDRÉ DE ANDRADE					
NOME DA MÃE: PATÍCIA CERQUEIRA DE ANDRADE					
DATA DO NASCIMENTO: 20/03/1953					
NACIONALIDADE: BRASILEIRA					
NOME DO ESTABELECIMENTO: EPM - TURQUÊSIA - BAHIA					
SÉRIE: 3º ANO					
CONCLUSÃO: 1968					
CURSO EQUIVALENTE: 2º E. NORMAL A. LOURIVALDO F. CASTRO ALVES - BAHIA					
CURSO SUPERIOR: CONVÊNIO UFBA/PREMEN					
CONCURSO DE ADMISSÃO: 1970					
ITEM	DISCIPLINAS CURSADAS	NOTAS	DIÁRIO	CONC. FÁCIL	ESPAÇADO
01	CONHECIMENTO DE PORTUGUÊS	80,00	03	0	AP
02	MATEMÁTICA I, II, III e IV	80,00	04	00	AP
03	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	85,00	03	00	AP
04	ESTRUTURA E FUNC. DO ENSINO DO 2º GRAU	120,00	05	00	AP
05	METODICA I	80,00	03	00	AP
06	METODICA II	120,00	04	00	AP
07	PRÁTICA DE ENSINO	80,00	04	00	AP
08	ESTUDOS BRASILEIROS	80,00	04	00	AP



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como não poderia deixar de citar, nos resultados encontrados da pesquisa bibliográfica, para a problemática, dos fundamentos teóricos e doutrinários da Escola Superior de Guerra, durante o convênio UFBA/PREMEN, para os docentes do Ensino Superior, associados a, docência nas Escolas Polivalentes no Brasil, bem como as transformações da legislação relacionada ao discurso e práticas subjacentes na LDB para o Ensino Superior e Médio (Figura 3).

Os manuais elaborados pela Escola Superior de Guerra constituem importantes fontes sobre o desenvolvimento da doutrina de segurança nacional do país, e a geopolítica no Brasil, do General Golbery do Couto e Silva, escrita em 1958, é considerada a obra mais influente sobre a incorporação da geopolítica brasileira ao ideário da guerra fria e da segurança nacional, a adaptação da doutrina de segurança nacional, no Brasil, foi feita pela escola Superior de Guerra, um dos centros de ensino militar de pensamento estratégico durante a década de 1950. A geopolítica das Escolas Polivalentes da Bahia e a doutrina de segurança nacional possuíam uma intrínseca relação para os teóricos da ESG, assim como também a geopolítica e a política externa estão vinculadas a apropriação do conceito de guerra revolucionária foi essencial para a formulação da variante teórica brasileira da DSN, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora.

Segundo Foucault (1979); Lacoste (1988); Neves (2002), regiões geográficas e militar seriam a mesma, ambas originadas de *regere*, comandar; do mesmo modo que província, território vencido, advém de *vincere*, pois região antes de remeter à geografia, encaminharia para uma noção fiscal administrativa, militar, a ideia de região ligar-se-ia, às relações de poder e sua especialização, a uma visão estratégica do espaço, do mesmo modo, Albuquerque Junior (2011), abstraindo a configuração física e destacando a instância cultural, distanciando-se do conceito de espaço, tanto no âmbito nacional, quanto regional e local: assim no caso ESG/Escola Polivalente, seria onde reina o convênio UFBA/PREMEN (Figura 4). O programa de ajuda da aliança para o progresso, através da USAID (Agência Norte-americana para o desenvolvimento internacional) e o MEC (Ministério da Educação e Cultura), só foi possível de ser intensificado após o Golpe Militar ocorrido em 1964, assim toda estrutura no Estado Bahiano estava pronto para o convênio UFBA/PREMEN fosse colocado em prática por meio do aparelho educacional, resultando na implantação das escolas polivalentes no Brasil. Tatiana Almeri, mestre em sociologia política pela PUC-SP, diz que:

A população contra o comunismo (...) Golbery ainda afirmava de uma maneira mais brusca as consequências de um governo ou de uma

expansão comunista. Em síntese, julgava o comunismo como uma doença social e fazia comparações totalitaristas de governos. Os jornais da época (estadão) comparavam Goulart com Hitler e Mussolini. (...) a maçonaria, juntamente com os militares, expurga os radicais de esquerda. No governo de Ernesto Geisel, no dia 15 de maio de 1974, o próprio recebe a visita do grão-mestre geral do grande Oriente do Brasil (Grão-mestre é o nome que se dá a uma das principais potências que representa os maçons). "... sendo senador e do partido situacionista, leu um ofício em que o grande Oriente reafirmava seu apoio ao regime de governo, que se havia instalado em 1964". (ALMERI, 2007, p. 43).

É a reportagem de capa, da revista: Leituras da História – maçonaria e o golpe de 64 - a sociedade secreta apoiou os militares, negou suas tradições liberais e ocupou espaço estratégico na direita brasileira, sendo que o maçom Coronel Golbery foi o principal porta-voz da maçonaria no Brasil, e as teses de Golbery acabaram por ser as teses da própria ESG, sendo compartilhadas pelos demais militares, militares que ajudaram a arquitetar e a executar o golpe de Estado de 31 de março de 1964.

Foi o convênio UFBA/PREMEN, e as transformações na legislação, em atendimento as políticas civil-militares relacionadas ao discurso e prática da Escola Superior de Guerra, através dos fundamentos teóricos e doutrinários, sobre a revolução comunista:

### **Política de segurança nacional ou estratégia nacional.**

#### **Diretrizes governamentais**

- a) Estratégia política**
- b) Estratégia econômica**
- c) Estratégia psicossocial**
- d) Estratégia militar**

A partir dessa visão histórica da aplicação da teoria do capital humano, pois o convênio UFBA/PREMEN, é dependente do acordo MEC-USAID para a educação superior e médio, nas Escolas Polivalentes: O Documento / Monumento, do momento da inauguração da Escola Polivalente de Castro Alves, na Bahia. Uma placa de metal afixada na parede de entrada da escola, onde está escrito:

Escola Polivalente de Castro Alves

Esta obra, realizada em convênio MEC-PREMEN/Governo do Estado da Bahia, foi inaugurada no mês de fevereiro de 1972:

Sendo Presidente da República Gal. Emilio Garrastazu Médici, Ministro da Educação e Cultura CEL Jarbas Gonçalves Passarinho, Governador do Estado Dr. Antonio Carlos Magalhães, Secretário de Educação e Cultura Prof. Rômulo Galvão de Carvalho, Prefeito Municipal Aurino Azevedo Teixeira Castro Alves – Fevereiro de 1972.

**Figura 4.** Escola Superior de Guerra (ESG): Desenvolvimento com segurança, geopolítica e geoestratégia da aplicabilidade da teoria do capital humano e do convênio UFBA/PREMEN.

## HISTÓRIA COMPARADA DA ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE CASTRO ALVES -BA BRASIL

**História da Educação e da Pedagogia Tecniciста (1964 -1996): Escola Superior de Guerra e o Convênio UFBA/PREMEN.** Contexto Histórico no Brasil

Acordo MEC-USAID	Escola Polivalente de Castro Alves	Governo Federal
Acordo para aperfeiçoamento do ensino primário.	?	Castello Branco 26/06/1964
Acordo para assistência na implementação de <b>Ginásios Polivalentes</b> e adaptação dos currículos do Ensino Médio.	Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT) cópia da <b>COMPREHENSIVE HIGH SCHOOL</b> Norte Americana	Costa e Silva 18/09/1968
Acordo que prorroga convênio com a <b>Universidade de San Diego</b> .	?	Costa e Silva 17/01/1969
Acordo para criação do <b>PREMEM</b> (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio). Convênio <b>UFBA / PREMEN</b>	Compra e doação ao Estado da Bahia de terreno para construção da <b>Escola Polivalente de Castro Alves</b> .	Emílio Médici 13/05/1970
Acordo para a nova LDB nº. <b>5.692 / 71</b> . E <b>Lei 5.540/68</b> , que fixou normas de funcionamento e organização do ensino superior. Acordo para prestar assistência técnica aos Estados e elaborar plano de Educação Básica.	?	Emílio Médici
Fim dos acordos de Assistência Técnica e financeira para as Escolas Polivalentes e começo do fim do Regime Militar.	<b>MEC / PREMEN:</b> Inauguração da Escola Estadual Polivalente de Castro Alves. Fim dos <b>recursos financeiros Norte-Americano</b> para a manutenção da Escola Polivalente de Castro Alves-BA.	Emílio Médici 01/02/1972 Ernesto Geisel 15/03/1974

DATA	REGIÃO	MUNICÍPIO/SEDE	ESCOLAS POLIVALENTES -EPS
<b>20/03/1972</b>	13 <sup>a</sup> (UFBA)	Cruz das Almas	22 Escola Polivalente de Castro Alves
<b>08/04/1972</b>	13 <sup>a</sup> (UFBA)	Cruz das Almas	23 Escola Polivalente de Maragogipe
<b>20/03/1972</b>	13 <sup>a</sup> (UFBA)	Cruz das Almas	24 Escola Polivalente de Muritiba
<b>05/08/1974</b>	13 <sup>a</sup> (UFBA)	Cruz das Almas	25 Escola Polivalente de Santo Amaro

Fonte: Santos, 2010, p. 79 (Dissertação – Mestrado em Educação O Ensino Médio na Bahia e os Ginásios/ Escolas Polivalentes: A iniciação pra o trabalho, BA. 2010).

- 1- Escola superior de Guerra e desenvolvimento:** a criação de mão de obra especializada para um mercado de expansão, profissionalização rápida e privatização do ensino superior e médio.
- 2- Escola superior de Guerra e segurança:** criação das disciplinas educação moral e cívica (Curso Médio) problemas brasileiros (Superior).;
- 3- Escola superior de Guerra e a comunidade local e regional:** propunha transformar a escola Polivalente em empresa encarregada de produzir com sucesso o capital através das associações comerciais, empresarias, bem

como prefeituras. Daí é possível delinear quatro paradigmas diferentes de políticas educacionais assim definidos:

- a) **administração para eficiência;** Competência econômica de administração da educação superior.
- b) **administração para eficácia;** Competência pedagógica da administração do sistema educacional.
- c) **administração para efetividade;** Competência política define o talento da administração do sistema educacional.
- d) **administração para relevância;** Competência cultural da administração pública do sistema educacional superior e médio.

**Figura 5.** À direita Pronunciamento de representantes do MEC e do SEC, ao lado do Secretário de Educação do Estado da Bahia, Prof<sup>o</sup> Rômulo Galvão e do Prefeito Municipal de Castro Alves-BA, Sr. Aurino Azevedo Teixeira, 1972. Na inauguração da Escola Polivalente da cidade de Castro Alves-BA (à esquerda).



Fonte: Arquivo Pessoal do Ex. Prefeito: Aurino Teixeira, 1972.

Daí é pertinente relatar o estudo de caso: uma das autoridades policiais neste período da ideologia “desenvolvimento com segurança” isto é o delegado de polícia, neste período de 1972 de 1975: o Sargento da Polícia Militar, Sr. Euclides Alves de Carvalho, segundo evidências de documentos foi uma autoridade, exercida de forma pacífica na cidade de Castro Alves e prestigiado por políticos representantes da comunidade contemporânea ao período da fundação da Escola Polivalente de Castro Alves (...) Confirmado pelo Ten. Gilberio Benedito Chaves, representante oficial do regime militar nesse período conforme termo de entrega da delegacia de polícia de Castro Alves- BA 25/11/1972 (CARVALHO JUNIOR, 2009. P. 65,66). (grifos nossos).

A Escola Superior de Guerra-ESG é cópia da **National War College**, nos Estados Unidos fundada em 1946. Sendo assim o convênio UFBA/PREMEN para ensino superior e médio cópia da **Comprehensive High School** Norte Americana uma escola para as minorias no Estados Unidos para formação específica composta pelas três áreas econômicas: primárias, secundárias e terciárias, fruto do acordo MEC/USAID, discurso oficial de governo militar que se mantém a partir das alianças de políticos, caracterizando, portanto, os interesses de um grupo específico: no caso da Cidade de Castro Alves-BA, no período já citado, pós 64 o acordo com a lei nº 94, de agosto de 1970 autoriza o prefeito municipal Sr. Paschoal Blumetti, e secretário da prefeitura Sr. Josué Sá de Souza a adquirir e doar ao Estado da Bahia um terreno, para construção do Ginásio Polivalente desta cidade, através da Câmara, da Prefeitura Municipal e depois inaugurado no governo de Aurino Teixeira em 1972 (Figura 5). Hoje o colégio Estadual Polivalente de Castro Alves. Por um lado Kennedy (Presidente Norte-

americano) lançou o plano sócio econômico para Brasil, aliança para o progresso, tentando barrar o avanço de ideias comunistas, e por outro lado o Nacional War College, teve como objetivo criar a doutrina que inspirou a Escola Superior de Guerra do Brasil, e em Castro Alves na Bahia, articulando o Ensino Superior (PREMEN) e Médio (Escola Polivalente) estrategicamente a partir de alianças políticas Estaduais e Municipais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMERI, Tatiana. Maçonaria e o golpe de 64. **Leitura da História**: São Paulo Editora escala, Ano 1 Nº 2, p. 43, 2007.

ALVES, Marcio Moreira. **BEABÁ do MEC/USAID**, Edições Gernasa, Rio 1968.

BARROS, José de Assunção. **O campo da História: Especialidades e abordagens**. RJ vezes, 2009.

BORGES, Andreia Jaqueira da Silva. **Trabalho de Conclusão de Curso TCC**. Demais trabalhos Acadêmicos: Manual de orientação, Cruz das Almas-BA FAMAM, 2012.

BRASIL. **LDBnº9394/96**  
\_\_\_\_\_. **Lei 5.540**, de 28 de novembro de 1968.

- \_\_\_\_\_. **Decreto – lei nº 477** de fevereiro de 1969.
- \_\_\_\_\_. **Fundamentos Teóricos/Escola Superior de Guerra.** Rio de Janeiro, ESG 1983.
- \_\_\_\_\_. **Doutrina/ Escola Superior de Guerra.** Rio de Janeiro ESG 1989
- CARNEIRO, João Marinho Aveiro, **O Ensino Teológico nos Seminários Maiores.** Rio de Janeiro. CPAD, 1988.
- CARVALHO JUNIOR, Euclides Alves de. **Política e Educação na Escola Estadual Polivalente de Castro Alves-BA, numa perspectiva histórica (1964/1974).** Cruz das Almas, BA, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Necromancia “A maldição de Canaã” mito da hierarquia racial no ensino religioso: Escola Polivalente de Castro Alves (1970/1985)** Cruz das Almas-BA 2011.
- DREIFUSS, René Armano. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis, RJ: Vozes 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: ed. Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão,** Petrópolis, Vozes 1989.
- GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964/1985).** São Paulo Cortez, 1994.
- LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens quantitativas.** São Paulo EPU, 1986.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica** S.P. Atlas 2010.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo Martins Fontes 1998.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso Serve, em primeiro lugar, para fazer guerra.** – Campinas São Paulo: Papyrus, 1988.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local: Fragmentação e Recomposição da História da Crise da modernidade.** UFS; Salvador: Arcádia, 2002, 124p.
- SANTOS, Eder Fernando Dos. **Ensino Superior no Brasil e os Acordos MEC/USAD: Intervencionismo Norte Americano na Educação Brasileira.** Maringá Pr, 2005.
- SANTOS, Alda Quintino. **O Ensino Médio na Bahia e os Ginásios/ Escolas Polivalentes: A iniciação pra o trabalho,** BA. 2010.